

**A Guerra Civil Espanhola oitenta anos depois,
1936-2016: Ensaio de interpretação**
*The Spanish Civil War eighty years later, 1936-2016:
An interpretative essay*

CARLOS FEDERICO DOMINGUEZ AVILA¹

Resumo: O artigo explora a origem e a evolução da guerra civil espanhola sob a perspectiva dos estudos em história das relações internacionais. Constata-se que esse conflito foi particularmente complexo pelas múltiplas variáveis endógenas e exógenas participantes. No octogésimo aniversário do *pronunciamento* e do início do conflito, o artigo é uma homenagem comemorativa. Ele se fundamenta em literatura recentemente publicada sobre a temática. Em termos metodológicos adota o estilo do ensaio interpretativo.

Palavras-chave: Espanha; História das Relações Internacionais Contemporâneas; Guerra Civil; Democracia; Republicanismo; Autoritarismo.

Abstract: The paper explores the Spanish Civil War in the perspective of International History. The work shows that this conflict was particularly complex because of its multiplies internal and external factors. In the eightieth anniversary of the conflict, this paper is, in fact, a contribution to the commemorations. Methodologically the paper adopts the interpretative essay format.

Keywords: Spain; Contemporary International History: Civil War; Democracy; Republicanism; Authoritarian Regimes.

Recebido em:
02 de Julho de 2016

Received on:
July 02, 2016

Aceito em:
02 de Dezembro de 2016

Accepted on:
December 02, 2016

DOI: 10.12957/rmi.2016.23647

¹Doutor em História das Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB). Professor do Programa de Pós-graduação em Ciência Política do Instituto Euro-Americano de Educação, Ciência e Tecnologia (UNIEURO). **Endereço Profissional:** Programa de Mestrado em Ciência Política, Centro Universitário Unieuro, Avenida das Nações Sul - SCES, Trecho 0, Conjunto 5, Brasília, Distrito Federal. **E-mail:** cdominguez_unieuro@yahoo.com.br

Introdução

Entre 17 e 18 de julho de 1936 uma parte do exército espanhol iniciou uma sublevação contra as autoridades democrático-republicanas legitimamente eleitas e constituídas no país. A sublevação em curso era resultado de uma conspiração dos setores mais conservadores das próprias forças armadas. Eles também contavam com o apoio político e ideológico de muitos partidos políticos de direita e extrema-direita – então derrotados pela coalizão da Frente Popular nas eleições parlamentárias de 16 de fevereiro de 1936 –, da hierarquia católica, dos monarquistas – tanto alfonsinistas quanto carlistas –, dos latifundiários, e do grande empresariado. A referida conspiração consistia em impor um golpe de Estado militar, que resultaria na assunção ao poder do general José Sanjurjo, então exilado em Portugal, mas que acabou morrendo num acidente aéreo, pouco antes de assumir a direção do movimento insurgente. Outros dois importantes conspiradores eram os generais Emílio Mola e Francisco Franco (Preston, 2011).

Com efeito, as forças chamadas de nacionalistas pretendiam derrubar o governo democrático-republicano do presidente Manuel Azaña e impor um regime autoritário, inspirado no

corporativismo italiano e nas próprias tradições militaristas espanholas. O *putsch* não foi bem-sucedido, já que a sublevação não conseguiu fulminar imediatamente o governo da Frente Popular – de centro-esquerda – que governava desde Madri. Assim, quase três quintos do território e da população continuaram sob o controle do governo republicano. Entretanto, dois quintos da população e do território espanhol – inclusive o protetorado em Marrocos, uma boa parte de Andaluzia, de Extremadura, de Galícia, de Castela e de Navarra – caíram em poder dos insurgentes, apoiados por grande parte do oficialato de alta patente e do armamento.

Em consequência, uma inesperada e cruenta guerra civil iniciou-se. O conflito em questão prolongou-se até o dia 1º de abril de 1939, e culminou com a vitória militar do exército nacionalista, com a supressão da democracia, com o encerramento da denominada Segunda República, e com o início do regime franquista – que perdurou até a morte do general Franco, em novembro de 1975.

A origem, a evolução e os desdobramentos da guerra civil espanhola têm sido objeto de numerosos estudos. Obviamente, não é possível reexaminar detalhadamente

esse problema-objeto neste espaço. Contudo, é importante destacar que se tratou de uma das conflagrações mais dramáticas da história contemporânea da Espanha, em particular, e da Europa Ocidental, em geral, além de ser considerada como um evidente prolegômeno da Segunda Guerra Mundial.

Entre republicanos e nacionalistas: a dimensão endógena da guerra civil espanhola

A Segunda República espanhola (1931-1939) teve início após a abdicação do rei Alfonso XIII. *Nesse* mesmo ano de 1931 foi promulgada uma Constituição liberal e democrática que pretendia modernizar as relações políticas, econômicas e sociais no país. Desde a fundação da República até 1936 a chefatura do Estado correspondeu ao presidente Niceto Alcalá-Zamora, e no interlúdio se sucederam duas coalizões de governos, uma de centro-esquerda, dirigida pelo primeiro ministro Manuel Azaña (1931-1933) e outra de centro-direita (1933-1936).

Esses governos foram substituídos pela eleição no Parlamento do presidente Azaña para a chefia do Estado, e dos primeiros ministros Santiago Casares, Diego Martínez e José Giral para a chefia do governo – todos sob a perspectiva de uma Frente Popular,

integrada por socialistas, radicais, regionalistas, comunistas e sindicalistas. Esse novo governo de centro-esquerda estava decidido a impulsionar muitas das reformas colocadas pela Constituição vigente, dentre elas: a reforma agrária, a separação entre a Igreja e o Estado – inclusive no campo da educação pública –, a descentralização, e a promulgação de novas leis trabalhistas; bem como certas reformas nos corpos militares e de ordem pública (Viñas, 2012b).

As forças políticas de direita e de extrema-direita, geralmente denominadas de falangistas, reagiram de forma pouco leal diante do veredicto das urnas. E rapidamente a polarização político-ideológica tomou conta do país – muitas vezes refletindo o complexo panorama ideológico que prevalecia na Europa na época dos fatos (Rey, 2011). Nesse diapasão, a direita política espanhola – aparentemente inspirada no corporativismo italiano de Benito Mussolini – assumiu uma postura cada vez mais antidemocrática, reacionária e a antirrepublicana.

Paralelamente, parece pertinente acrescentar que alguns atores importantes também tinham um questionamento da legitimidade da unidade do Estado espanhol. Daí a existência de certos nacionalismos

periféricos, principalmente na Catalunha e no País Basco, que reivindicavam crescente autonomia nos seus assuntos internos. Esses nacionalismos periféricos muito incomodavam à direita, especialmente ao exército e a outros atores que reivindicavam uma concepção unitária, perpétua, monista e indivisível do Estado-nação (Romero, 2008).

Assim, poucas semanas após o início da guerra civil, e após a morte do general Sanjurjo, a coalizão insurgente confirmou definitivamente a unificação de todas as forças nacionalistas sob o comando do general Franco, que acabou triunfando na guerra civil e impondo um governo autoritário até sua morte, em novembro de 1975 (Preston, 2011).

A rápida e disciplinada unificação do comando no campo dos nacionalistas contrastou inicialmente com as graves divergências político-ideológicas no campo republicano. Além das divergências de natureza étnico-política com os catalães e bascos, o governo central tinha que dirimir gravíssimos conflitos entre as numerosas facções de centro-esquerda, tanto parlamentares como extraparlamentares. Dentre essas facções destacavam-se os casos dos militantes socialistas, radicais, comunistas, anarquistas, trotskistas, agraristas, alguns liberais de classe

média urbana, e sindicalistas. Sendo que algumas dessas facções anarquistas reivindicavam a simultânea implementação de uma guerra antifascista e revolucionária. Esse tipo de luta anarco-sindicalista acabou sendo duramente questionada e, em alguns casos, violentamente reprimida tanto pelo governo democrático-republicano, quanto pelos comunistas. Eis o caso, por exemplo, dos chamados “Fatos de Maio de 1937” em Barcelona, que resultaram em dramáticos combates entre forças teoricamente aliadas – isto é, anarco-sindicalistas e comunistas.

O esforço republicano nas primeiras semanas do conflito também demandava uma dramática reorganização das forças produtivas da nação, financiar o esforço bélico, atender a milhares de deslocados internos, reerguer o Estado de direito, o aparelho de justiça e de cidadania, evitar desmandos e abusos contra suspeitos – isto é, o chamado “terror vermelho” – e, ainda, criar um novo exército profissional, disciplinado e moderno, capaz de enfrentar os sublevados com alguma expectativa de sucesso (Romero, 2008).

Visto em retrospectiva, o governo republicano, mesmo após as terríveis derrotas iniciais em Andaluzia e Extremadura, foi bem-sucedido ao conseguir conter a ofensiva franquista

na batalha de Madri, de outubro e novembro de 1936. Observe-se que a própria sede da capital da República tinha sido transferida para Valência, e posteriormente para Barcelona. Igualmente, a chefia do governo passou a ser assumida pelo primer ministro Francisco Largo Caballero e posteriormente por Juan Negrín. Vale acrescentar que foi nessas dramáticas circunstâncias onde surgiu o emblemático e categórico slogan do “não passarão!”, ainda pronunciado em certas ocasiões político-sociais particularmente tensas e transcendentais.

Desafortunadamente, as tentativas de encontrar uma saída negociada ao conflito armado não prosperaram, diante da exigência de rendição total e incondicional das forças democrático-republicanas. Agora se sabe que a estratégia político-militar nacionalista não pretendia tão somente vencer no campo de batalha. Tratava-se também, num contexto de dogmatismo ideológico, de “limpar” ou “extirpar” definitivamente as principais organizações de centro-esquerda, bem como os nacionalismo periféricos e outras doutrinas – como a maçonaria, o protestantismo, e o sionismo – consideradas inimigas da identidade e da nacionalidade católico-corporativa almejada. Consequentemente,

numerosas denúncias de atrocidades e crimes de guerra cometidas pelas forças nacionalistas foram realizadas desde os primeiros momentos do conflito – eis o chamado “terror branco”.

Diante desse imperativo vital, restou às forças democrático-republicanas encabeçadas pelo presidente Azaña e pelo primeiro ministro Negrín continuar desesperadamente a luta. Daí as dramáticas batalhas de Toledo, Jarama, Guadalajara, Brunete, Belchite, Teruel, Ebro, Catalunha, dentre outras. Destarte, esse confronto mobilizou mais de um milhão de soldados em ambos os exércitos e provocou a morte de 500 mil espanhóis, bem como numerosos feridos, deslocados, órfãos, exilados, e outras vítimas (Beevor, 2005).

Finalmente, em março de 1939, após quase três anos de conflito armado, certos comandantes republicanos da região de Madri decidiram se rebelar contra as diretrizes do primeiro ministro Negrín, e iniciaram negociações próprias de paz com os adversários. Essa rebelião significou o desmoronamento das linhas de defesa e a penetração definitiva das forças nacionalistas no território ainda governado pelos dirigentes da República. Por conseguinte, em 1º de abril de 1939 acabou acontecendo a

rendição final de todas as forças governistas.

Sobre a dimensão exógena da guerra civil espanhola

A guerra civil espanhola teve uma dimensão internacional – seja de atores estatais, bem como de atores não-estatais – particularmente significativa, marcante e, finalmente, decisiva. No contexto da Europa da década de 1930, caracterizada por dramáticas e radicais contradições político-ideológicas, socioeconômicas e de segurança, com destaque para a ascensão do nazismo alemão, do fascismo italiano, do stalinismo na União Soviética, do socialismo “frente-populista” francês e de outras doutrinas semelhantes, o conflito espanhol acabou se transformando em um virtual laboratório político, diplomático e especificamente militar das principais potências europeias da época (Viñas, 2012a).

Nesse diapasão, é bastante conhecido o pedido de apoio político-diplomático do governo democrático-republicano espanhol nos primeiros dias após o *pronunciamento* insurgente de 17 e 18 de julho às potências capitalistas ocidentais – isto é, a Paris e Londres. Cumpre lembrar que, em 1936, a França era governada por uma Frente Popular de centro-esquerda bastante semelhante

ao existente na Espanha. E inicialmente o governo de León Blum realmente estava disposto a apoiar política e militarmente seus homólogos de além Pirineus. Nesse momento, aplastar a sublevação militar parecia provável. E sob a perspectiva francesa era interessante evitar que aliados das potências fascistas conseguissem conquistar Madri – enfraquecendo geopoliticamente a posição de Paris no cenário europeu.

Desafortunadamente para os republicanos espanhóis, Londres vetou uma eventual intervenção francesa a favor do governo de Azaña. Aparentemente o governo britânico temia que a derrota da insurreição resultasse na imposição de um regime comunista ou pró-soviético na península ibérica – isto é, Londres não acreditava na viabilidade do regime democrático espanhol da época. Essa gravíssima decisão resultou na formulação e implementação de uma – inoperante e maliciosa – política coletiva de neutralidade e não-intervenção no marco da Liga das Nações frente ao conflito espanhol, inclusive com a imposição de um embargo à transferência de armas e de assessores militares para os exércitos em confronto (Viñas, 2012a). Não parece incorreto adiantar que essa iniciativa político-diplomática britânica acabou sendo

claramente ignorada e desdenhada pela Alemanha, pela Itália, pela União Soviética e também por Portugal – todos eles com interesses específicos no conflito armado interno espanhol.

As motivações de alemães, italianos, soviéticos e portugueses para respaldar seus respectivos aliados e clientes na guerra civil espanhola têm resultado em numerosos estudos e pesquisas acadêmicas, principalmente de historiadores das relações internacionais. Para os objetivos do presente artigo cumpre mencionar que, em ausência da cooperação explícita e continuada dos governos de Benito Mussolini, de Adolf Hitler ou de Antônio de Oliveira Salazar, a sublevação militar teria sido certamente sufocada.

Com efeito, o apoio de Roma, de Berlim e de Lisboa acabou sendo absolutamente crucial para os conspiradores desde os primeiros momentos da sublevação. Lembre-se que as principais tropas e o próprio Franco estavam, no início das operações militares, praticamente isolados no protetorado espanhol em Marrocos. Assim, fornecer aviões para transportar as tropas coloniais espanholas através do estreito de Gibraltar e garantir a conquista da Andaluzia ocidental (Sevilha, Cádiz e outras cidades dessa

região) foi a primeira das valiosas contribuições nazistas e fascistas aos seus homólogos espanhóis (Beavor, 2005).

Ao apoiar os generais espanhóis, Mussolini pretendia fortalecer a influência geopolítica italiana no Mediterrâneo ocidental – em prejuízo de interesses franceses e ingleses. Igualmente, os fascistas italianos aparentemente procuravam transformar à Espanha em um virtual satélite. Em consequência, Mussolini acabou enviando nas semanas seguintes farto material de emprego militar, um agrupamento de mais de 40 mil soldados e oficiais “voluntários” – muitos deles presos na batalha de Guadalajara, em março de 1937 –, e impôs um bloqueio naval na costa mediterrânea espanhola, além de ordenar bombardeios aéreos contra Barcelona, Valencia, Málaga e outras cidades controladas pela República.

Paralelamente, o Hitler, talvez de forma inesperada para muitos analistas da época, também determinou ainda nas primeiras semanas da guerra civil a implementação de um massivo e vital apoio técnico-militar germânico aos exércitos nacionalistas. Possivelmente a contribuição mais conhecida dos nazistas na Espanha foi a chamada Legião Condor. O eficaz e mortífero

apoio aéreo nazista, que incluía os melhores e mais novos aviões de combate germânicos, acabou sendo sumamente importante tanto para os nacionalistas espanhóis – isto é, a conquista do espaço aéreo e a projeção de poder dentro do território republicano –, quanto para os próprios alemães – com o aprimoramento das táticas de combate aéreo e uso do novo armamento em operações reais. Entretanto, certas operações e ataques indiscriminados contra civis e cidades indefesas realizados pela legião Condor também provocaram fortes questionamentos da comunidade internacional. Eis o caso específico de Guernica, em 26 de abril de 1937, episódio que acabou sendo imortalizado na pintura homônima de Pablo Picasso – vale acrescentar que numerosos artistas, intelectuais, escritores, profissionais liberais e cientistas espanhóis e estrangeiros também se engajaram ativamente no conflito.

A Alemanha nazista também enviou à Espanha assessores militares e armamentos para o exército e marinha – principalmente das especialidades de artilharia, infantaria, comunicações, inteligência, e blindados. Aproximadamente 15 mil militares alemães lutaram na Espanha durante os anos do conflito. Todavia, Berlim foi das primeiras capitais – junto com

Roma e Lisboa – em reconhecer diplomaticamente o governo de Francisco Franco instalado provisoriamente na cidade de Burgos (Ennis, 2006).

Teoricamente, o apoio de italianos e alemães deveria ser pago pelos nacionalistas ainda durante a guerra civil, especialmente com a exportação de certos minérios e outros recursos naturais. Esses pagamentos continuaram durante os primeiros anos da Segunda Guerra Mundial. Contudo, a derrota final dos antigos aliados nazistas e fascistas significou o cancelamento da referida dívida franquista. Vale acrescentar que, em virtude da terrível destruição provocada pela própria guerra civil e pelos imperativos da reconstrução, o governo de Franco decidiu manter a neutralidade durante esse segundo conflito global. Mesmo assim, um corpo de “voluntários” espanhóis, agrupados na denominada divisão Azul, foi enviado a lutar contra os soviéticos, entre 1941 e 1943.

Nesse diapasão, o governo corporativista de Antônio de Oliveira Salazar também serviu muito bem aos militares sublevados espanhóis. O governo português permitiu o uso da fronteira – inclusive para fornecimento de alimentos, armas e combustíveis – exclusivamente para os nacionalistas.

Igualmente, 10 mil “voluntários” portugueses, chamados de “viriatos”, foram alistados como policiais em algumas cidades dominadas pelos nacionalistas e também combateram na linha da frente em diferentes batalhas contra os republicanos. Cumpre acrescentar que o apoio político-diplomático português aos nacionalistas espanhóis foi além do reconhecimento do governo de Burgos, e teve alguma ressonância no Brasil de Getúlio Vargas (Souza, 2009).

Por sua vez, após a imposição da política de neutralidade e não-intervenção britânica e francesa, o governo soviético acabou sendo a principal fonte de armamento e de assessores militares para a República espanhola. Observe-se que no momento do *pronunciamento* militar de julho de 1936, Moscou e Madri não tinham relações diplomáticas. Isto é, o relacionamento político-diplomático entre as partes era praticamente inexistente. Mesmo assim, o Partido Comunista da Espanha, fundado em 1921, era alinhado às diretrizes do Partido Comunista da União Soviética e às prioridades estratégicas do governo de Josif Stalin. Nesse contexto de extrema necessidade de acesso às armas para combater a sublevação, a participação dos comunistas espanhóis e de seus interlocutores em Moscou se

tornaram cruciais para o esforço militar democrático-republicano.

Assim, a decisão de Stalin, autorizando a transferência de armas de fabricação soviética no marco da decisiva batalha de Madri, em outubro e novembro de 1936, provou-se absolutamente vital para conter a ofensiva nacionalista e evitar uma precoce derrota da República espanhola. Ao longo dos meses seguintes Moscou continuou fazendo transferências de armas. Obviamente não era somente pelo internacionalismo proletário ou por simples altruísmo que o Stalin tinha autorizado as referidas exportações de armas. Na verdade, essas armas eram vendidas e compensadas contra os depósitos de ouro que o executivo espanhol tinha em contas abertas em bancos franceses e soviéticos (Viñas, 2012a).

No campo diplomático, os soviéticos, que na época apoiavam a política das frentes populares com participação de comunistas, também tentaram persistentemente convencer os governos de Londres e de Paris sobre a necessidade de evitar a derrota da República espanhola e o surgimento de um novo regime de orientação fascista na Europa. Stalin também pressionou o governo de Azaña e de Negrín para manter o diálogo com as forças

democráticas e liberais do país, e paradoxalmente também para evitar uma excessiva dependência dos militantes comunistas.

Aparentemente os soviéticos, na época da denominada “política do comunismo somente no próprio país” e/ou das famosas purgas de 1937 e 1938, não estavam ainda convencidos da conveniência de ter que assumir financeira e geopoliticamente um aliado tão distante de Moscou. Em contraste, a propaganda nacionalista e de aliados conservadores em outros países não deixava de denunciar uma suposta ameaça comunista na península ibérica – essa propaganda anticomunista tinha grande ressonância particularmente no Reino Unido, nos Estados Unidos e em alguns países latino-americanos.

Outra das contribuições fundamentais dos soviéticos aos republicanos espanhóis foi na promoção e na divulgação das famosas “brigadas internacionais”. Essas brigadas foram integradas por militantes de centro-esquerda procedentes de 53 países do mundo – especialmente por franceses, poloneses, italianos antifascistas, alemães antinazistas, austríacos, estadunidenses, britânicos e inclusive por alguns brasileiros (Almeida, 1999). Mais de 30 mil brigadistas internacionais participaram nos

combates contra os sublevados, entre 1936 e 1938. Cumpre acrescentar que as taxas de mortalidade nos batalhões das brigadas foram particularmente elevadas, demonstrando a disposição de sacrificar a própria vida em prol de uma causa considerada legítima. Outrossim, alguns desses brigadistas internacionais acabaram sendo reconhecidos no campo da literatura, das artes e do jornalismo – eis os casos de Ernest Hemingway, George Orwell e Robert Capra. Algo semelhante se pode afirmar de brigadistas que se tornaram governantes em vários países socialistas do leste europeu após a Segunda Guerra Mundial. *Ex post facto*, em 2010, o governo espanhol concedeu a cidadania espanhola a todos os antigos combatentes das referidas brigadas internacionais (Ennis, 2006).

Todavia, assessores militares soviéticos também participaram no treinamento do emergente exército e aeronáutica republicanas. Algo semelhante aconteceu com o assessoramento dos corpos de segurança do Estado, contribuição que acabou incluindo a polêmica repressão de dissidentes e suspeitos, particularmente de militantes acusados de trotskismo e anarquismo. Moscou também acolheu numerosos refugiados e exilados – especialmente membros da cúpula do partido

comunista espanhol, com destaque para a Dolores Ibarruri e Santiago Carrillo.

O México do presidente Lázaro Cárdenas e os Estados Unidos do presidente Franklin D. Roosevelt também tiveram alguma relevância na dimensão internacional da guerra civil espanhola. De um lado, o governo mexicano se solidarizou desde o início com as legítimas autoridades democrático-republicanas encabeçadas pelo presidente Azaña. Os mexicanos realizaram transferências financeiras e de armas. Eles denunciaram firmemente a farsa e a inutilidade da política de neutralidade diante do conflito – que favorecia somente aos nacionalistas. O governo cardenista acolheu a milhares de refugiados e exilados. Dentre estes se destacou o dramático caso das chamadas “crianças de Morelia”, isto é, 456 infantes e filhos de famílias republicanas que chegaram ao país em um navio francês, em 1937, sem nenhum adulto responsável e conseqüentemente conseguiram uma imediata proteção da sociedade e do Estado mexicano. E após a derrota no campo de batalha, Cidade de México aceitou sediar no país um governo republicano espanhol no exílio, que funcionou até 1976-1977, quando foram reestabelecidas e normalizadas as relações diplomáticas entre ambos Estados (Viñas, 2012a).

Vale acrescentar que o exílio republicano espanhol no México – e em outros países latino-americanos, particularmente na Argentina, no Chile e na Venezuela – acabou sendo sumamente importante no desenvolvimento científico, tecnológico, acadêmico e profissional. Com efeito, muitos dos científicos, acadêmicos, profissionais e técnicos especializados de origem espanhola contribuíram na criação de grandes centros de pesquisa – eis o caso do prestigiado *Colégio de México* –, em empreendimentos privados – eis o caso, por exemplo, de numerosas casas editoriais (Soares, 2007) –, e na formulação e implementação de políticas públicas modernizantes e inclusivas, certamente inspiradas na Constituição de 1931 (Hernández, 2012; Martin-Frechilla, 2008; Rodríguez, 2010).

Em contraste, o governo de Washington, certamente pressionado por setores católicos e conservadores internos, decidiu acompanhar a política de neutralidade e não-intervenção frente ao conflito armado interno espanhol. Na prática, isso significava negar a possibilidade de vender armas ao governo republicano (Merino, 2013). Mesmo assim, caminhões e combustível de fabricação norte-americana acabaram reforçando o esforço bélico e logístico dos nacionalistas.

Parece pertinente acrescentar que a posição do governo de Getúlio Vargas diante do conflito em referência merece uma pesquisa acadêmica mais aprofundada, profissional e cuidadosa. São muito poucas as fontes e a bibliografia produzida no Brasil sobre o problema-objeto (Souza, 2009). Quase todo o que existe é tradução para o português de obras conceituadas publicadas no exterior – e com documentação estrangeira – sobre a temática.

Nesse diapasão destaca-se a publicação das memórias de alguns brasileiros que participaram nas brigadas internacionais. A esse respeito, vale destacar que o início da guerra civil espanhola foi precedido pela chamada “intentona comunista”, de novembro de 1935. Nesse contexto, numerosos militantes brasileiros de esquerda consideraram apropriado participar nas brigadas internacionais (Almeida, 1999). Paralelamente, o governo getulista, na sua fase corporativista, tinha, aparentemente, uma forte propensão para apoiar o exército sublevado sob a perspectiva da defesa dos tradicionais valores católicos e da propriedade privada. De fato existiam fortes pressões internas de setores conservadores que recomendavam o rompimento brasileiro com a República e o imediato reconhecimento do

governo de Burgos, seguindo o exemplo português.

Afinal, o reconhecimento diplomático do regime franquista pelas autoridades brasileiras somente aconteceu em 1939. No interlúdio, o governo de Vargas reprimiu duramente as atividades propagandísticas em território brasileiro das forças em conflito, principalmente no seio das comunidades de imigrantes espanhóis simpatizantes do governo republicano. E após a vitória dos nacionalistas, Franco encaminhou ao presidente Vargas a denominada “espada da Vitória”, como reconhecimento pelo apoio brasileiro ao seu exército durante os anos da guerra.²

Alguns desdobramentos da guerra civil espanhola

O dogmatismo, a empáfia e a soberba dos nacionalistas, em geral, e do general Francisco Franco, em particular, não permitiram uma reconciliação digna e construtiva entre os antigos adversários após o encerramento das hostilidades,

² Recentemente o historiador espanhol Ángel Viñas denunciou que o general Franco se apropriou – inclusive financeiramente – de doações de café brasileiro enviadas pelo governo de Vargas, em qualidade de ajuda humanitária no marco do processo de reconstrução do país, após o fim das hostilidades. Essas apropriações de café brasileiro transformaram o Franco em um dos homens mais ricos da Espanha na época.

em abril de 1939. Pelo contrário, manter e preservar nas futuras gerações o argumento da vitoriosa cruzada anticomunista, antidemocrática e antirrepublicana converteu-se em virtual política oficial do Estado franquista. Concomitantemente, milhares de milicianos e simpatizantes republicanos continuaram sendo objeto de todo tipo de humilhações, abusos, desmandos e mesmo de execuções sumárias; e mais de 400 mil cidadãos tiveram que marchar para um longo exílio na França e outros países. Assim, o franquismo virou um símbolo de ditadura totalitarista de direita na Europa ocidental, que continuou existindo mesmo após a derrota do nazismo e do fascismo italiano na Segunda Guerra Mundial (Viñas, 2012b).

Para conseguir sobreviver em um mundo pós-fascista, o Franco foi bem sucedido em apresentar-se em Washington e dentro do próprio país como um oficial patriota, nacionalista e católico. Isto é, um cruzado que tinha saído vitorioso na luta contra o marxismo, contra a demagogia, e contra o separatismo. Esse discurso acabou sendo reconhecido e acolhido pelos norte-americanos no contexto global do confronto Leste-Oeste imperante no

mundo após 1948.³ Em poucos anos, o franquismo deixou de ser um regime pária da Europa de pós-Guerra e virou um ator mais ou menos significativo naquele continente e na América Latina – em virtude de antigos vínculos culturais, sociais e político-ideológicos, especialmente nos países com governos autoritários de centro-direita.

Em contraste, os derrotados e seus descendentes – paradoxalmente culpados no franquismo pela violência da guerra civil – deveriam aceitar suas supostas responsabilidades e silenciar quaisquer tipo de reivindicação penal ou civil, inclusive pelas atrocidades sofridas durante e após as hostilidades (Martínez, 2006). Nessa linha, muitas famílias não foram autorizadas a exumar e posteriormente enterrar dignamente os restos dos seus seres queridos. E mais de 100 mil desaparecidos ainda estão enterrados em muitas valas comuns naquele país. Esse pacto de silêncio e impunidade continuou vigorando mesmo após o fim do franquismo e do início da época democrática mais recente na Espanha –

³ Uma metamorfose político-ideológica semelhante é possível identificar nos casos do imperador Hirohito (Japão), do marechal Carl Mannerheim e de Antônio Salazar (Portugal); bem como de não poucos políticos, técnicos, cientistas e intelectuais que, em algum momento, simpatizaram com o projeto e com as ideias hitlerianas – eis os casos de numerosos colaboracionistas franceses, pós-nazistas alemães, pós-fascistas italianos, integralistas brasileiros, dentre outros.

geralmente identificada com os acordos da Moncloa, de novembro de 1977 (Sampedro *et al.*, 2013).

Nesse diapasão, apresenta algum sentido a persistência de mitos e conflitos vinculados direta ou indiretamente aos anos da guerra civil (Ennis, 2006). Eis os casos do uso da bandeira republicana em manifestações contestárias e de centro-esquerda; na persistência de reivindicações etnopolíticas e mesmo separatistas – particularmente na Catalunha –; no questionamento da monarquia; e nas leis vinculadas à renovação da memória histórica. Resumidamente, essas leis da memória histórica procuram retirar de lugares públicos referências elogiosas aos símbolos e personalidades mais claramente identificadas com a sublevação e o regime franquista (Cajiao, 2008). Algo semelhante se pode afirmar em relação aos esforços – ainda infrutuosos – de abrir milhares de valas ou covas comuns que não podem ser auscultadas sem autorização judicial, tarefa que nem o famoso juiz instrutor Baltazar Garzón conseguiu completar.

Num contexto de promoção da justiça transnacional, parece evidente que a Espanha ainda tem muito trabalho pela frente para curar as feridas provocadas num dos conflitos mais dramáticos e polêmicos do século XX. O octogésimo

aniversário do *pronunciamento* e do início das hostilidades é uma data propícia para continuar estudando e pesquisando uma temática realmente significativa, transcendente e necessária.

A guerra civil espanhola enquanto problema-objeto no Brasil

A guerra civil espanhola tem sido objeto de uma enorme, reconhecida e qualificada produção acadêmica em diferentes países e continentes. Em contraste, as contribuições sobre o problema-objeto oriundas dos arquivos brasileiros são incipientes (Meihy, 2011). Em consequência, parece evidente que estamos diante de uma temática aberta a estudos e pesquisas procedentes de diferentes campos do conhecimento, principalmente da história das relações internacionais. Nesse diapasão, uma agenda brasileira de estudos e pesquisas sobre a guerra civil espanhola poderia incluir, por exemplo, alguma das seguintes temáticas:

- A política brasileira sobre o conflito armado espanhol. Como mencionado em parágrafos anteriores, o governo de Getúlio Vargas – especialmente à época do assim chamado Estado Novo – apresentava alguma inclinação político-ideológica convergente

com as forças insurgentes comandadas pelo general Franco. Mesmo assim, o governo brasileiro manteve, em termos formais, uma política de neutralidade e até de reconhecimento do governo republicano espanhol. E somente no final das hostilidades, Vargas autorizou o reconhecimento do governo nacionalista. As fontes disponíveis sugerem que o presidente Vargas foi objeto de consideráveis pressões de políticos, militares, religiosos e diplomatas para conseguir um rápido ou precoce reconhecimento do governo de Burgos. Em consequência, um pesquisador brasileiro por ventura interessado nesta agenda de investigações poderia tentar uma análise interpretativa que permita explicitar melhor o processo de tomada de decisões que resultou nesta aparente contradição. Certamente, uma pesquisa com documentação diplomática resguardada no Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores – sediado na cidade do Rio de Janeiro – surge como uma excelente alternativa.

Igualmente, consultas aprofundadas nos diários pessoais do mandatário brasileiro, de seus ministros das relações exteriores e de outros homens de Estado com vínculos e interesses na temática poderiam ser consideradas (Souza, 2009).

- As implicações domésticas no Brasil derivadas da guerra civil espanhola. A relativa proximidade cultural, social, econômica e política do Brasil com a Espanha e vice-versa, bem como a dramática identificação e apoio recíproco com os congêneres em conflagração na península ibérica, provocou numerosas repercussões em território brasileiro. Essas repercussões, visões e interpretações no Brasil poderiam ser pesquisadas sob a perspectiva da história política e/ou da história dos conceitos. A esse respeito, parece pertinente lembrar que a propaganda e a divulgação de ideias para angariar apoio e simpatia foram utilizadas por republicanos e nacionalistas em terceiros países. No caso da propaganda nacionalista, vale reiterar que o

conflito foi colocado como uma virtual cruzada contra o comunismo. Essa propaganda teve certa ressonância em meios católicos, políticos e militares brasileiros. Paralelamente, a propaganda republicana fez algo semelhante em meios sindicais e intelectuais. Todavia, sabe-se que as atividades de mobilização e propaganda em favor da República quase sempre acabavam sendo vigorosamente reprimidas pela polícia do Estado Novo – o que não acontecia com a propaganda nacionalista. A censurada imprensa brasileira da época também acompanhava uma posição editorial geralmente compreensiva e favorável às forças nacionalistas. Auscultar os arquivos policiais estaduais – como já aconteceu no caso do Estado de São Paulo (Souza, 2009) – poderia ser altamente significativo para pesquisadores interessados nesta temática, sobretudo nos arquivos policiais dos Estados de Rio de Janeiro e da Bahia. Algo semelhante poderia ser afirmado em relação aos arquivos eclesiásticos,

particularmente de congregações de origem ou influência ibérica.

- As percepções e reações das comunidades de imigrantes espanhóis residente no Brasil diante do conflito. Entre 1889 e 1970, milhares de imigrantes europeus e asiáticos desembarcaram no Brasil. Nesse contexto, a comunidade imigrante espanhola chegou a ser a quinta mais numerosa em território brasileiro – somente superada pelas comunidades procedentes de Portugal, Itália, Alemanha e Japão. Todavia, a imigração espanhola no Brasil se concentrou nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia. Destarte, uma pesquisa aprofundada sobre as reações e percepções desta comunidade de imigrantes em fase ao conflito armado imperante no país de origem dos seus ancestrais pode erigir-se em um importante problema de estudo.
- Uma excelente variante do parágrafo anterior poderia ser a questão do exílio republicano no Brasil e sua incorporação na sociedade brasileira, após a derrota de 1939. Cumpre

lembrar que os estudos e pesquisas sobre o exílio republicano espanhol em países latino-americanos são bastante significativos no México, na Argentina, em Cuba, na Venezuela, na Colômbia, no Chile, dentre outros. Muitos desses exilados republicanos impulsionaram

empreendimentos económicos, sociais e culturais muito importantes nos países de destino (Rodríguez, 2010; Soares, 2007). No caso brasileiro, as pesquisas nessa temática específica são sumamente escassas. Eis uma excelente oportunidade para desenvolver contribuições significativas e transcendentais. Nesse caso, parece pertinente recomendar as técnicas próprias da história de vida, da história social, da história oral, e até das representações sociais.

- Os brasileiros que lutaram no conflito espanhol. Dezenas, talvez centenas, de brasileiros decidiram, voluntariamente, se alistar e lutar junto com congêneres político-ideológicos, nos diferentes campos de batalha da guerra

civil. No campo republicano, sobressaiu-se o caso dos brasileiros que lutaram no marco das Brigadas Internacionais, sendo que alguns destes chegaram a publicar suas memórias sobre o acontecimento em referência (Pereira, 2011; Battibugli, 2004).⁴ Muito menos conhecida é a eventual contribuição militar direta de milicianos brasileiros em favor das forças nacionalistas. Neste caso, um desenho de pesquisa acadêmica poderia considerar o uso da história militar, a pesquisa com documentos privados (memórias, cartas, diários inéditos), e também os arquivos da própria guerra civil, principalmente das Brigadas Internacionais.

Em consequência, após este mapeamento preliminar, parece evidente que existe, sim, uma oportunidade para reiniciar e aprofundar as pesquisas com fontes primárias de origem brasileira sobre a guerra civil espanhola. Resta convidar os colegas a somar-se a esse esforço

⁴ Conferir o documentário sobre a vida e obra de Apolônio de Carvalho: “(A.H.P.) Vale a Pena Sonhar”, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ieEvBe3ZYtI>; consulta em 23.10.2016.

coletivo. Esforço de pesquisa, aliás, que simultaneamente está sendo realizado por muitos outros integrantes desta comunidade epistêmica em outros países e continentes. Nesse diapasão, cumpre concluir que as perspectivas de desenvolvimento acadêmico e profissional para os pesquisadores brasileiros especializados na temática em questão perfilar-se-iam de forma muito alentadora e positiva.

Considerações finais

Oitenta anos depois do *pronunciamento* de julho de 1936, a guerra civil espanhola continua sendo gerando um grande interesse acadêmico e societal na própria Espanha, na Europa, nas Américas, e em outros continentes. Centenas, talvez milhares, de livros acadêmicos foram publicados sobre o problema-objeto nas mais diversas línguas. Pesquisadores de diferentes nacionalidades auscultam em arquivos – públicos e privados, além de outras fontes primárias –, procurando novas informações e dados que permitam compreender e interpretar melhor a um dos mais complexos e dramáticos conflitos do século XX (Tusell, 2007).

Com efeito, o conflito armado espanhol se erigiu em acontecimento singularmente relevante, pela considerável quantidade de variáveis endógenas e exógenas envolvidas. Sob

a perspectiva da história das relações internacionais, que é a que interessa para os fins do presente artigo, a guerra civil espanhola pode vir a ser considerada como um virtual laboratório político-diplomático e militar das principais potências europeias da época. Como foi mencionado em parágrafos anteriores, o apoio de Roma, Berlim e Lisboa aos nacionalistas, e de Moscou aos republicanos, foi extremamente relevante para entender a evolução e o resultado do conflito, bem como os desdobramentos posteriores após a vitória franquista, em 1939.

Finalmente, parece pertinente acrescentar que muitas das causas e das forças profundas que resultaram nas tensões e conflitos político-ideológicos na Espanha da década de 1930 ainda repercutem significativamente nas relações políticas, sociais e culturais desse país na atualidade. A complexa questão catalã, a empáfia da hierarquia eclesiástica e militar, a persistente influência do franquismo no conjunto da direita político-social, e a ausência de respostas efetivas para a memória história, a justiça transnacional e a reconciliação nacional, são alguns exemplos desta situação derivada – diretamente e indiretamente – das divergências, dos antagonismos, das contradições e dos desencontros do

passado. Em consequência, os fantasmas da época da guerra civil se constituem em desafios que a sociedade

espanhola, em particular, deverá continuar enfrentando no futuro próximo.

Bibliografia

Almeida, P. (1999) “Brasileiros na Guerra Civil Espanhola: combatentes na luta contra o fascismo”, *Revista de Sociologia e Política*, 12, pp. 35-66.

Battibugli, T. (2004) *A solidariedade antifascista: Brasileiros na Guerra Civil Espanhola (1936-1939)*. São Paulo: Edusp.

Beevor, A. (2005) *La Guerra Civil Española*. Barcelona: Crítica.

Cajiao, E. (2008) “La Recepción de la Ley de la Memoria Histórica en España”, *Análisis Político*, 21 (63), pp. 31-38.

Ennis, J. (2006) “Historia, memoria y mito: lecturas de la Guerra Civil española”, *Olivar*, 8, pp. 301-315.

Hernández, J. (2012) “La influencia pedagógica del exilio republicano español: La edad de oro de la enseñanza en Colombia”, *Latinoamérica. Revista de Estudios Latinoamericanos*, 54, pp. 135-153.

Martin-Frechilla, J. (2008) “El dispositivo venezolano de sanidad y la incorporación de los médicos exiliados de la Guerra Civil española”, *História, Ciências, Saúde-Manguinhos* 15 (2), pp. 519-541.

Martínez, A. (2006) “Rojas: La Construcción de la Mujer Republicana en la Memoria de España”, *Alpha*, 22, pp. 127-141.

Meihy, J. (2011) *Guerra Civil Espanhola: 70 anos depois*. São Paulo: Edusp.

Merino, J. (2013) “La ‘Batalla’ de Washington. La Guerra Civil Española en los Estados Unidos”, *Estudios Internacionales*, 45 (176), pp. 51-71.

Pereira, M. (2011) “Voluntários brasileiros na Guerra Civil Espanhola (1936-1939): Memória e militância política”, *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo: Anpuh.

Preston, P. (2011) *La Guerra Civil española: Reacción, revolución y venganza*. 3 ed. Barcelona: Debolsillo.

Rey, F. (2011) *Palabras como Puños. La Intransigencia política en la Segunda República española*. Madrid: Tecnos.

Rodríguez, M. (2010) “Los Exilados Españoles de la Guerra Civil en los Centros Superiores de Enseñanza de Economía de América Latina”, *Revista Historia de la Educación Latinoamericana*, 15, pp. 197-224.

Romero, F. (2008) *A Guerra Civil Espanhola*. Rio de Janeiro: Zahar.

Sampedro, V. *et al.* (2013) “Las memorias tipificadas del franquismo y de la transición española”, *Memoria y Sociedad*, 17 (35), pp. 144-162.

Soares, G. (2007) “Novos meridianos da produção editorial em castelhano: o papel de espanhóis exilados pela Guerra Civil na Argentina e no México”, *Varia História*, 23 (38), pp. 386-398.

Souza, I. (2009) *Caminhos que se cruzam: relações históricas entre Brasil e Espanha (1936-1960)*. Dissertação de Mestrado. História Social/Universidade de São Paulo.

Tusell, J. (2007) *Historia de España en el siglo XX. La crisis de los años treinta: República y Guerra Civil*. Madrid: Tauros.

Viñas, Á. (2012a) *La República en Guerra*. Barcelona: Crítica.

_____ (2012b). *En el Combate por la Historia: La República, La Guerra Civil y el Franquismo*. Barcelona: Pasado & Presente.